



## ***Município de Palmela***

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **ACTA Nº. 8/2005:**

#### **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2005:**

No dia vinte e três de Março de dois mil e cinco, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, Presidente, encontrando-se presentes os vereadores Adília Maria Prates Candeias, José Manuel Jesus Rodrigues, José Manuel Conceição Charneira, Adilo Oliveira Costa e José Manuel Bracinha Vieira.

O Sr. Vereador **Jorge Manuel Cândido Mares** não se encontrava presente, por motivos de falecimento de um familiar. A Sr<sup>a</sup>. Presidente propôs que a falta do Sr. Vereador Jorge Mares fosse considerada justificada, o que foi **aprovado, por unanimidade**.

#### **ORDEM DO DIA**

**PONTO 1 – Prestação de Contas – 2004;**

**PONTO 2 – Protocolo para a elaboração de Plano de Pormenor para Museu da Música;**

**PONTO 3 – Desclassificação da E.N. 379 no troço entre a Volta da Pedra e a Estação de Palmela;**

**PONTO 4 – Apoio à Junta de Freguesia de Pinhal Novo no âmbito da organização da prova de atletismo “Pinhal Novo Correr a Liberdade 1974 m”;**

**PONTO 5 – Apoio aos Escalões de Formação do Quintajense Futebol Clube no âmbito do Protocolo de Cooperação do Programa de Desenvolvimento do Atletismo;**

**PONTO 6 – Inventário dos Bens do Domínio Público.**

**A sr<sup>a</sup>. Presidente deu a palavra ao sr. Vereador Adilo Costa para que apresentasse o ponto 6 da Ordem de Trabalhos, uma vez que esta proposta deve preceder à aprovação da Prestação de Contas.**

## **I – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS**

Pelo **sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

### **PONTO 6 – Inventário dos Bens do Domínio Público:**

#### **PROPOSTA Nº. 1/DAGF-DAP/08-2005:**

«O Balanço inicial do Município de Palmela foi aprovado em 17 e 29 de Abril de 2002, respectivamente, pelo órgão executivo e deliberativo desta autarquia, sendo o valor do Património apurado com base no inventário de todos os bens, direitos e obrigações existentes aquela data.

Do inventário inicial não constavam, como então foi referido, por dificuldades técnicas e funcionais, os bens de domínio público, pois este tipo de bens nunca haviam sido objecto de registo contabilístico o que dificultou a sua inventariação e valorização.

De acordo com o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, “os bens de domínio público são inseridos no activo imobilizado da autarquia local, responsável pela sua administração ou controlo, estejam afectos ou não à sua actividade operacional”.

Dando cumprimento ao atrás exposto adjudicou-se a uma empresa exterior o arrolamento, classificação e avaliação dos bens de domínio público susceptíveis de inventariação, distinguindo-se no estudo de avaliação:

- Rede de Águas, incluindo captação, elevação, tratamento, adução, armazenagem e distribuição.;
- Rede de Esgotos, incluindo drenagem e tratamento;
- Rede Viária - estradas e caminhos municipais e arruamentos das localidades;
- Espaços designados “pracetas e jardins”, que integram o domínio público de circulação, considerados como espaços de dimensão relevante, com arranjo urbanístico de relevo, para fruição e lazer, ou espaços verdes.

Não sendo possível valorizar os bens a “custo de aquisição ou produção”, o método de avaliação adoptado foi o método do “custo”, que consiste na conclusão sobre o valor do imóvel a partir da contabilização do valor de substituição a novo (definido como o custo

actual de um imóvel similar, novo, com a utilização mais próxima possível do imóvel a avaliar) deduzido da perda de valor inerente a três tipos de depreciação ou obsolescência:

- Depreciação física, causada pela idade, uso;
- Depreciação funcional;
- Depreciação económica, causada por condições externas ao mesmo que diminuem a sua rentabilização.

Devido a problemas de compatibilização de softwares informáticos da empresa adjudicatária e da aplicação existente nos nossos serviços não foi possível a inclusão destes bens no Balanço de 2003.

Em face do exposto e uma vez que as demonstrações financeiras de 2004, do Município de Palmela, incluídas na prestação de contas do referido ano, já reflectem todos os bens de domínio público, **propõe-se** a aprovação do inventário dos bens do domínio público, constantes no relatório, que se anexa.

**Propõe-se, ainda**, que nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja a presente questão submetida à aprovação da Assembleia Municipal.»

Na discussão desta proposta intervieram:

O **Sr. Vereador José Rodrigues** começou por cumprimentar a Srª. Presidente, os Srs. Vereadores, Srs. Jornalistas e Técnicos da Câmara presentes na reunião.

Desejou a todos uma boa Páscoa.

Relativamente à proposta em apreciação, referiu que, o P.S. congratula-se pelo facto de a C.M.P. ter efectuado a elaboração deste trabalho. Crê ser obrigatório por lei a elaboração do inventário, o que, no entanto, não acontece na maior parte das entidades.

O **Sr. Vereador Bracinha Vieira** congratulou-se com o enorme avanço que foi feito no sentido de determinar o património real do Município de Palmela. Parece-lhe que os critérios que foram definidos são critérios adequados para avaliar o justo valor dos bens municipais. Considera, ainda, que foi dado um passo fundamental para que o balanço que retrata o activo e passivo do Município esteja definido com um grau de rigor bastante razoável.

Reparou que no inventário constam dois valores diferentes: um é o denominado valor de mercado (115,8 milhões de euros) e outro é o valor para seguro (161 milhões de euros). Normalmente as Companhias de Seguros têm como limite o pagamento de indemnizações por sinistros sobre o valor real dos bens.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** solicitou ao Director do Departamento de Administração Geral e Finanças para que prestasse os necessários esclarecimentos ao Sr. Vereador Bracinha Vieira, o que este fez.

A **Srª. Presidente** referiu que a elaboração deste documento representa um enorme esforço, na medida em que esta é uma prática ainda muito recente das autarquias e nem todas as entidades públicas procedem à execução do Inventário dos Bens do Domínio Público.

Esta é mais uma prova de fiscalização a que as autarquias estão sujeitas. Quando é elaborado um documento desta natureza está a aumentar-se significativamente a capacidade de controle da Câmara Municipal sobre o património, que é também uma forma de controle da gestão e o facto de este documento ser apresentado a demais entidades é sinónimo da fiscalização a que as autarquias estão submetidas.

O **Sr. Vereador Bracinha Vieira** referiu que este tipo de documento tem ainda uma outra utilidade, ou seja, a Lei das Finanças Locais vai sofrendo alterações e ajustamentos e parece-lhe inevitável que os Municípios possam emitir obrigações, além do recurso à banca, e para tal é importante apresentar contas saudáveis, o que vai permitir que Palmela possua um *ranking* elevado. Considera que Palmela é um concelho economicamente bem equilibrado.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.**

## **II – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E CONTROLO DE ACTIVIDADES**

Pela **srª. Presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

### **PONTO 1 – Prestação de Contas – 2004:**

#### **PROPOSTA Nº. 1/DPCA/08-2005:**

«O documento “Prestação de Contas”, é constituído pelos mapas referentes à execução orçamental, aos mapas elaborados numa óptica patrimonial e pelo relatório de gestão, traduzindo assim a actividade municipal, no decorrer do ano de 2004.

Em termos orçamentais, o ano 2004, ficou caracterizado por:

#### **No capítulo da Despesa:**

- Durante o ano, foram pagos 46 milhões de euros, de um total previsto de 53 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 86,9 %;
- Do total de pagamentos, 54,6 % dizem respeito a despesas afectas às Grandes Opções do Plano, sendo os restantes 45,4 % afectos a pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas não imputadas directamente às GOP's;

- No global a despesa sofreu um acréscimo de 9,9 %, relativamente ao ano anterior;
- A “Aquisição de Bens de Capital”, com a principal componente de Investimentos, apresenta um acréscimo de 40,1 %, relativamente ao ano de 2003.

## **2. No capítulo da Receita:**

- A Receita recebida foi de 47,2 milhões de euros, dos 46,5 milhões previstos, correspondendo a uma taxa de execução de 101,6%;
- Relativamente ao ano anterior, a receita teve um acréscimo de 15,8%;
- Os Impostos Directos continuaram, em 2004, a ser principal componente da receita, (56,2%);

## **3. Limites Legais:**

Os limites legais impostos às autarquias locais, relativos à contracção de despesa, foram cumpridos, assim:

- Princípio do Equilíbrio: As despesas correntes pagas, foram inferiores às receitas correntes arrecadadas, em 11 milhões de euros, que foram canalizados para financiamento de investimentos;
- As remunerações certas e permanentes pagas ao pessoal, cujo limite legal se situa em 75 %, ficou em 2004, nos 35 % das receitas correntes arrecadadas em 2003;

## **Grandes Opções do Plano:**

Relativamente às Grandes Opções do Plano foram pagos 25,1 milhões de euros, de um total previsto de 31,4 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 80,1%.

Do conjunto de investimentos com intervenção, no decorrer no ano, salientam-se, pelo seu significado:

- Conclusão da ampliação e remodelação da EB1/JI Pinhal Novo 3 ( antiga 4);
- Início da construção da EB1/JI de Aires;
- Obras de remodelação da EB1 de Cajados
- Mercado Municipal de Palmela
- Jardim de Aires – 3ª fase;
- Drenagem à zona poente à EN 252 em Aires;
- Conclusão da Biblioteca Central de Palmela;
- Adaptação da Adega de Algeruz a núcleo museológico do vinho e da vinha;
- Repavimentação e / ou Pavimentação de um conjunto vasto de arruamentos em todas as freguesias do concelho.

Para além das obras iniciadas ou concluídas foram ainda aprovados e lançados concursos de investimentos importantes dos quais se destacam:

- Infra-estruturas em Cabanas,

- Sistema de Drenagem do Bairro Margaça – 2ª fase;
- Infra-estruturas e pavimentação das ruas José Marques e Ricardo Xavier;
- Infra-estruturas no Bairro Mesquita;
- Rotunda na EN 379 – ligação a Aires.

A actividade municipal foi igualmente intensa nas áreas sociais, culturais, educativa, económicas e ambientais, conforme o comprova o relatório apresentado em anexo.

Assim, **propõe-se** que:

1. Nos termos do ponto 2.7.3. do D.L. 54–A /99, de 22 de Fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam aplicados de acordo com a proposta apresentada na pág. 261 do documento;
2. Nos termos do alínea e), do nº. 2, do artº. 64º., da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/02, de 11 de Janeiro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do município, relativo ao ano económico de 2004.

Esta proposta após a sua aprovação deverá ser remetida à Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta antes mencionada intervieram:

A **Srª. Presidente** referiu que ao apresentar hoje à Câmara Municipal este documento, pode afirmar com confiança e satisfação, que os objectivos essenciais traçados para este mandato, foram cumpridos ou estão em vias de concretização.

Os eixos de intervenção municipal traçados para este mandato e que nunca será demais lembrar são:

- dotar o município com os equipamentos e as infra-estruturas necessários às actuais exigências e necessidades dos munícipes e àquilo que hoje são os indicadores de qualidade de vida;

- uma gestão municipal rigorosa e eficaz, assente na qualificação e formação dos trabalhadores, na reorganização e modernização dos serviços e na utilização de novas tecnologias;

- a aposta participada na criação de condições para um crescimento económico planificado e multidisciplinar, factor decisivo para garantir um futuro mais harmonioso e integrador, que valorize o património histórico, natural, cultural e humano;

- o estímulo à participação dos cidadãos na gestão pública e ao trabalho em parceria com os agentes culturais, económicos e sociais;

- uma atitude reivindicativa face ao Poder Central, assente na apresentação de propostas e soluções sérias.

Os eixos da intervenção municipal, tiveram no ano de 2004 um enorme grau de concretização e contribuíram decisivamente para elevar o nível e os indicadores de qualidade de vida e dignificar o poder local.

Foi assim na área da Educação, onde avultados investimentos municipais contribuíram para que novos ou remodelados equipamentos escolares estejam, a partir deste ano, ao serviço da comunidade. Referiu alguns dos maiores investimentos:

- E.B.1/J.I. de Pinhal Novo 3, em cuja inauguração o Sr. Presidente da República deu a honra da sua presença;

- E.B.1 do Poceirão;

- E.B.1 de Cajados;

- o início da E.B. 1/J.I. de Aires;

- a entrada em funcionamento da E.B.1/J.I. de Quinta do Anjo.

Pela importância que assume para outras escolas não quer, contudo, deixar de lembrar um conjunto de pequenas intervenções efectuadas ao longo do ano, no parque escolar, e que vieram criar melhores condições a esses equipamentos.

Falar de educação é também falar do vasto trabalho desenvolvido em parceria com toda a comunidade educativa de ligação da escola à vida e ao meio que a envolve. A essa comunidade educativa – alunos, professores e pais – o agradecimento e o reconhecimento do município de Palmela pelo muito que têm feito e pela vontade de fazer ainda mais. O total da despesa afecta directamente à Educação foi de 4,8 milhões de euros.

No âmbito da Rede Viária, o investimento realizado, no valor de cerca de 3 milhões de euros centrou-se fundamentalmente na melhoria das acessibilidades nas zonas rurais – Aceiro António José Batista, José Almeida, Custódio Carreira e Marcolino Carreira (Marateca), Aceiro José Mestre (Pinhal Novo), Estrada das Passarinhas e Caminhos Municipais 1032 e 1038 (Poceirão), a pavimentação das Ruas 25 de Abril e José Cruz Marques (Pinhal Novo), a pavimentação do acesso ao complexo desportivo de Palmela, as intervenções de repavimentação na Lagoinha (Avenida Palmelense Futebol Clube e Avenida Costa Gomes), são alguns dos exemplos de intervenções neste domínio. Importa referir que as intervenções efectuadas e a efectuar não se limitam a colocar um tapete de asfalto, mas preocupam-se em oferecer condições de segurança rodoviária, nomeadamente através de uma correcta política de sinalização, tanto horizontal como vertical.

No âmbito do Saneamento Básico foi efectuado um investimento de cerca de 1,8 milhões de euros. O reforço e construção de redes de drenagem de águas residuais e esgotos domésticos – posteriormente complementado, em muitos casos, com a pavimentação de arruamentos, beneficiou particularmente zonas com fortes constrangimentos técnicos e de propriedade, que exigiam soluções complexas e/ou de

conjunto, como são os casos das intervenções em Cabanas, Lagoinha e da drenagem à zona poente à Estrada Nacional 252, em Aires.

No âmbito do Abastecimento de Água foi efectuado um investimento de cerca de 1 milhão de euros na remodelação, reforço e ampliação do sistema de abastecimento de água e incidiu essencialmente em áreas urbanas, permitindo, particularmente em Pinhal Novo, resolver dificuldades sentidas ao nível da falta de pressão.

Realçou, igualmente, o especial significado que assume, a conclusão do Mercado Municipal de Palmela e da Biblioteca Central de Palmela, cuja inauguração ocorrerá em Abril.

Se o ano de 2004 ficou marcado pela finalização ou por estarem em curso vários investimentos importantes, também deve referir que foi o início da concretização de outro conjunto de investimentos de elevada importância para o concelho, nomeadamente:

- Infra-estruturas em Cabanas;
- Sistema de drenagem do Bairro Margaça – 2ª. fase;
- Infra-estruturas e pavimentação das Ruas José Marques e Ricardo Xavier;
- Infra-estruturas no Bairro Mesquita;
- Rotunda na E.N. 379 – ligação a Aires;
- Construção do novo Edifício Municipal;
- Obras de beneficiação nos Paços do Concelho.

Para além dos investimentos corpóreos realizados, e dos quais a título de exemplo referiu alguns, gostaria de realçar a vasta actividade desenvolvida em todas as áreas de competência municipal e em áreas que ultrapassam as competências municipais, actividade sempre concretizada em parceria com as organizações e entidades que também actuam no território do concelho de Palmela, sejam elas de natureza cultural, social ou económica. A todos os agentes do território apela à continuação do trabalho e dirige o seu agradecimento e reconhecimento.

Do conjunto das actividades desenvolvidas, não pode deixar de apontar o início de Revisão do Plano Director Municipal, pelo que este significa como instrumento central de planeamento e ordenamento territorial, mas também com momentos de participação colectiva na definição do modelo e das linhas estratégicas de desenvolvimento do concelho.

Dirigiu a todos os trabalhadores municipais, o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, pelas dificuldades ultrapassadas, pela vontade demonstrada de que são também actores das mudanças, assim como pelas imensas actividades concretizadas que são expressas e traduzidas neste documento.

Dirigiu, igualmente, um voto de apreço aos funcionários que elaboraram a Prestação de Contas, documento de grande qualidade.



Todos os investimentos e actividades concretizadas no ano de 2004 são traduzidos em números que são devidamente relatados no documento de Prestação de Contas.

Da análise dos valores, constantes no documento, tem a sublinhar os seguintes aspectos:

- No ano de 2004 foram atingidas as maiores taxas de execução, relativamente aos valores finais previstos, tanto ao nível da arrecadação da receita como da despesa, assim as taxas de execução são as seguintes:

- Receita 101,6%. Dos 46,5 milhões de euros previstos foram recebidos 47,2 milhões de euros (em 2003 fixou-se em 90,3%);
- Despesa total – 86,9%. Estavam previstos 53 milhões de euros e foram pagos 46 milhões de euros (em 2003 a taxa foi de 79,4%);
- GOP's 80,1%. Estavam previstos 31,4 milhões de euros e foram pagos 25,1 milhões de euros (em 2003 a taxa cifrou-se em 70,3%).

- As despesas com investimento aumentaram 40,1% relativamente ao ano anterior (11,7 contra 8,4 milhões de euros);

- As despesas com investimento representaram 25,5% do total da despesa (em 2003 representavam 20%);

- As despesas com aquisição de bens e serviços aumentaram somente 1,9%, valor inferior à taxa de inflação registada no ano que foi de 2,4%.

Registou-se em 2004 uma diminuição em despesas, como sejam, as comunicações (telefones, correios, net) de 9,6% e os consumíveis de secretaria na ordem dos 27%.

Assim:

. as comunicações, em 2003, ascenderam ao montante de 1 milhão de euros e, em 2004, atingiram o valor de 930 mil euros;

. os consumíveis de secretaria, em 2003, despenderam-se 170 mil euros contra os 123 mil euros gastos em 2004.

- As despesas com pessoal aumentaram 6,3% (16,1 milhões de euros em 2004 e 15,2 milhões de euros em 2003) com um comportamento diferenciado em função da natureza desta despesa. Em número de funcionários, os mesmos aumentaram em termos absolutos 12, passando de 1.001 para 1.013.

Assim:

. em remunerações certas e permanentes: em 2003, foram despendidos 11,9 milhões de euros contra os 12,5 milhões de euros gastos em 2004. A variação foi de + 600 mil euros (+5%);

- . em trabalho extraordinário: foi pago nos anos de 2003 e de 2004 o valor idêntico, de 1,1 milhões de euros. Não houve variação percentual;
- . em encargos com saúde: em 2003, foram despendidos, 459 mil euros contra os 735 mil euros despendidos no ano de 2004. A variação atingiu + 276 mil euros (+60,1%).
- As despesas com pessoal diminuíram o seu peso no conjunto da despesa, passando de 36% para 35%;
- Do total de despesa paga (46 milhões de euros) cerca de 55% dessa despesa foi afectada às GOP's quando em 2003 tinha sido de 52,8%;
- No global a despesa aumentou 9,9%, sendo que as despesas correntes sofreram um acréscimo de 3,2% e as despesas de capital 28,5%.

Em termos da receita tem a salientar o seguinte:

- O total da receita arrecadada foi de 47,2 de euros, quando estavam previstos 46,5 milhões de euros;
- Não foram atingidos os valores previstos no IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) nem no IMT (Imposto Municipal sobre Transacções). A venda de terrenos inicialmente prevista também não se realizou, tendo já sido aprovada a hasta pública para venda de terrenos no ano em curso.

. Em 2004, estava previsto arrecadar com o IMI o valor de 7,6 milhões de euros, quando o montante efectivamente arrecadado foi de 4,9 milhões de euros. O IMI recebido em 2004 foi menos 43,7% do que o recebido de Contribuição Autárquica(C.A.) em 2003 (8,7 milhões de euros). Em 2003, foram recebidos cerca de 2 milhões de euros atrasados da Autoeuropa, de C.A., pelo que se regista uma diminuição de 27%. Em 2004, foram recebidos 7,9 milhões de euros de C.A. referente a liquidações efectuadas ou em anos anteriores ou liquidações extraordinárias. Igualmente, foram recebidos 3,1 milhões de euros respeitante a SISA e que têm origem essencialmente em reavaliações de prédios transaccionados em anos anteriores.

No conjunto estas duas receitas extraordinárias e excepcionais representam cerca de 23% da receita total.

- . Em 2004 estava previsto arrecadar com o IMT o montante de 5,7 milhões de euros, quando o valor efectivamente arrecadado se cifrou em 3,9 milhões de euros. O IMT apresenta uma diminuição de 25% relativamente ao ano de 2003.
- O saldo de tesouraria que transitou para o ano económico de 2005 foi de 7,7 milhões de euros, que será incorporado no Orçamento de 2005 na 1ª. Revisão a efectuar em breve. O saldo previsto era de 6,2 milhões de euros que consta nas GOP's como verba a definir, pelo que temos mais 1,5 milhões de euros.

Foram integralmente cumpridos os limites legais impostos às Autarquias Locais.

Assim:

- Princípio do Equilíbrio – as despesas correntes foram inferiores às receitas correntes em 11 milhões de euros, canalizados para financiar despesas de capital, quando o princípio estipula que no mínimo elas sejam iguais;

- As remunerações certas e permanentes pagas a pessoal representam 35% das receitas arrecadadas em 2003. O total das despesas com pessoal representam 45% dessas mesmas receitas. O limite máximo é de 75%;

- A capacidade de endividamento está acima do limite actualmente definido, mas, por alteração para metade, do limite introduzidos na lei do Orçamento de Estado em 2003 e reafirmado em 2004. Contudo, em termos de endividamento bancário o capital em dívida, no final de 2004, é inferior em mais de 1 milhão de euros, ao capital em dívida no final de 2003.

A **Sr<sup>a</sup>. Presidente** referiu que sente uma enorme satisfação pelo que a Prestação de Contas traduz, pelos objectivos cumpridos, pelos indicadores alcançados, pela certeza que nas decisões estiveram sempre subjacentes os princípios da gestão pública e a dignificação e desenvolvimento do concelho de Palmela.

Colocou o documento – Prestação de Contas 2004 - à discussão.

O **Sr. Vereador José Rodrigues** leu o seguinte documento, que retrata a posição dos Vereadores Socialistas na C.M.P.:

“O relatório final do exercício de 2004, reflecte uma gestão financeira e critérios de intervenção, com os quais não nos revemos. Não é nosso propósito discutir a realidade dos números e dos factos, mas é nosso desejo exprimir, que a saúde financeira da Câmara Municipal é o reflexo da subida das receitas e mais concretamente dos impostos directos, com os quais nos temos debatido para que seja dado um sinal de desagravo fiscal a favor das famílias, sem que o município fosse afectado, como podemos concluir pela análise dos mapas da receita.

Em circunstâncias muito claras e específicas uma redução das taxas dos impostos directos, poderia constituir uma forma de afirmação da função social dos impostos do município, face a uma conjuntura económica e social caracterizada pelo aumento das desigualdades sociais. A solidariedade social é também uma questão de subsidiariedade, em que os municípios deverão ter um papel determinante, interventivo e responsável no exercício do poder local. Este não é apenas um problema do Estado Central.

Concluimos pois, que a Câmara cobra os impostos pela taxa mais elevada e com um saldo real de 7.842.756 euros (cerca de 1 milhão e seiscentos mil contos), revela que não tem tido a capacidade para fazer face às necessidades do concelho.

Vejamos as necessidades básicas do concelho. Apesar do que foi feito, consideramos que com cerca de 46 milhões de euros (cerca de 9 milhões de contos) num só ano, não foram executadas as obras de infra-estruturas que vêm sendo adiadas de ano para ano. A propósito, lembramos as inúmeras manifestações de munícipes que em sessões públicas e em sessões do orçamento participativo, continuam a reclamar parte das necessidades básicas sentidas há décadas e também há muito prometidas. Há populações sem água potável, sem esgotos e sem asfalto, por isso consideramos que este relatório é o relatório da continuidade desta maioria com trinta anos de gestão autárquica e dos problemas adiados.

A maior fatia dos dinheiros são destinados à gestão corrente da Câmara e à promoção da sua imagem, sendo uma máquina cada vez mais pesada e onerosa, sem contrapartidas ao nível de execução das necessidades básicas e de uma gestão racional e de qualidade, proporcional ao desenvolvimento do concelho.

Terei de reconhecer que com o mesmo dinheiro e os mesmos meios, o Partido Socialista teria prestado um melhor serviço ao concelho.

Apesar disso, não podemos deixar de reconhecer, com honestidade política e coerência, o rigor processual e o empenho dos técnicos na elaboração deste documento, pelo que informo que o P.S. vai-se abster na votação.”

O **Sr. Vereador Bracinha Vieira** referiu que a Prestação de Contas é elaborada sobre um Orçamento cujas prioridades não foram assumidas politicamente como sendo as do P.S.D..

Realçou que o documento em apreço está muitíssimo bem elaborado e que numa análise puramente financeira e contabilística predominam os aspectos que a têm a ver com o equilíbrio, devidamente salvaguardado, e os aspectos virtuosos, nomeadamente o resultado líquido de exercício de 4,1 milhões de euros. Crê que a parte que não se constitui como reserva legal transita automaticamente para aplicação em despesas de 2005.

Considerou que o Executivo Municipal realizou uma parcela importante do que prometeu no início do mandato, o que é extremamente positivo. Se a maioria do Executivo Municipal fosse composta por eleitos do P.S.D. as prioridades teriam sido outras e havia alguns aspectos que seriam mais contemplados nos Orçamentos, designadamente as questões relacionadas com o ordenamento do território, o ambiente, a inovação.

Considerou que os colaboradores da C.M.P. também devem estar de parabéns: de facto a maioria das obras de infra-estruturas que foram realizadas são produto da política do Executivo, mas são realizadas com a competência técnica pelos colaboradores da Câmara. Deixa uma palavra genuína e sentida de muito apreço e felicitações aos colaboradores municipais.

Realçou que a Prestação de Contas permite destacar a prioridade que foi dada à Educação e ao Saneamento Básico. Considera que na área da captação e do abastecimento de água podia ter sido efectuado um maior investimento (ainda há núcleos urbanos no concelho que não possuem abastecimento de água).

O facto de a despesa ter aumentado 9,9% é uma prova do desafogo financeiro do Município de Palmela. A C.M.P. vive uma situação financeira favorável. Esta autarquia tem a capacidade de cumprir bem as suas competências próprias, como até extravasar para áreas em que poder desenvolver acções com a sociedade civil. O financiamento, quer de actividades de natureza económica, quer de actividades de natureza cultural tem de ser produto, cada vez mais, de uma parceira público-privada. Muitas vezes os privados não têm capacidade de assumir certos riscos sozinhos e precisam de uma entidade pública para estabelecer com estes iniciativas de carácter económico. O sector público só por si não tem capacidade financeira manifestamente para realizar certos projectos e precisa de se envolver em parcerias público-privadas.

Em matéria cultural, deve-se, cada vez mais, caminhar para um processo de parceria entre autarquia e movimento associativo. Considera que a autarquia pode ter uma maior contenção nos gastos e permitir que o movimento associativo e a sociedade civil participem de forma activa no desenvolvimento de projectos e acções.

Tomou a devida nota da evolução do IMI e do IMT. Não sabe até que ponto a receita surpreendentemente alta da Contribuição Autárquica não será o produto de atrasos de pagamento dos contribuintes. Admite que possa no corrente ano pagamentos atrasados do IMI.

O aumento em 35% das remunerações certas e permanentes talvez pudesse ser um pouco menor. Considera razoável o aumento do número de funcionários, que se cifrou em 12.

A Prestação de Contas mostra aspectos virtuosos. Concorda com a expressão do Sr. Presidente da República quando refere que “há mais vida para além dos orçamentos”.

Continua muito preocupado com a questão do desenvolvimento sustentável do concelho de Palmela, com o crescimento ordenado. Considera que o crescimento tal como é visível teve alguma estagnação, mas desconhece se essa estagnação se deve a mérito da Câmara ou se é produto da desaceleração da actividade imobiliária. Faz um apelo a todos os Municípios para que colaborem com o Município em áreas, como sejam, o ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Gostaria que a Câmara, com o seu relativo desafogo financeiro, pudesse lançar algo na área da inovação, como por exemplo, a instalação de um parque tecnológico.

As suas maiores preocupações são com as aprovações que são mal feitas e não tanto com obras que não puderam ter sido executadas, por não ter havido recursos para satisfazer essas necessidades, porque a seu tempo vai-se chegar à execução destas.

Quanto à questão apresentada pelo Sr. Vereador José Rodrigues de os impostos poderem ser objecto de uma diminuição, de modo a proteger as famílias mais carenciadas, parece-lhe que esta é uma situação que se prende com a Administração Central. Realçou ser difícil de tecnicamente distinguir as famílias mais carenciadas das mais abastadas. Há alguma possibilidade de a Câmara Municipal adoptar, nalgum domínio, uma medida por forma a penalizar menos as famílias mais carenciadas?

Vai abster-se na votação desta proposta, porque a Prestação de Contas se reporta à realização de um documento – Grandes Opções do Plano – com o qual discordou.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** congratula-se com as posições tomadas pelos Srs. Vereadores da Oposição.

Referiu que há valores que constam no documento e que não podem ser contabilizados, e deu como exemplos:

- o valor praticado no âmbito da Cultura, no ano de 2004, foi de 4,7 milhões de euros investidos com uma taxa de execução de 81%. O reflexo das mais de 120 associações do concelho é muito superior e não pode ser contabilizado;

- a verba despendida na luta contra os loteamentos clandestinos é outro valor que não pode ser contabilizado.

Defendeu que seria muito difícil que uma outra composição política do Executivo Camarário pudesse priorizar outras áreas que não sejam aquelas que de facto foram consideradas pelo Executivo vigente: Educação, Rede Viária, Saneamento Básico, Abastecimento de Água e Cultura. Poderia, eventualmente, não ser por esta ordem.

Em relação à intervenção do Sr. Vereador José Rodrigues, no que respeita à Educação, contrariamente ao que se recorda do Governo do Sr. Eng.º Guterres, cuja “paixão era a Educação” de facto os números falam por si. Na Prestação de Contas os números são evidentes: na área da Educação, foram investidos 4,8 milhões de euros, com uma taxa de execução de 84%; na área da Rede Viária, foram investidos 3 milhões de euros, com uma taxa de execução de 79%; na área do Saneamento Básico, foram investidos 1,8 milhões de euros, com uma taxa de execução de 77%; na área do Abastecimento de Água, foram investidos 1 milhão de euros, com uma taxa de execução de 75% e na área da Cultura, foram investidos 4,7 milhões de euros, com uma taxa de execução de 81%. O investimento aumentou 40% relativamente ao ano anterior.

Teceu as seguintes considerações:

- as verbas transferidas do Orçamento de Estado ao abrigo da Lei das Finanças Locais: o grau de dependência da Câmara Municipal face à Administração Central diminuiu;

- o rácio com as despesas de pessoal também está bem;
- o peso dos encargos financeiros diminui; e
- o peso do investimento que aumenta significativamente;
- o serviço de dívida é reduzido.

Realçou que o investimento municipal por habitante apresenta no ano de 2004 o maior valor desde 1976. Este investimento aumento de 175 € / habitante, em 2002, para 213 € / habitante em 2004.

A **Sr<sup>a</sup>. Vereadora Adília Candeias** cumprimentou todos os presentes.

Teceu as seguintes considerações às questões colocadas pelos Srs. Vereadores José Rodrigues e Bracinha Vieira no âmbito cultural e social:

- apoio às famílias mais carenciadas – é uma realidade que Portugal tem cada vez mais famílias carenciadas e este problema tem a ver com o investimento feito no País a nível do emprego. Vive-se uma crise internacional. A situação das famílias carenciadas em Portugal está directamente relacionada com opções que estão a ser tomadas a nível da Europa e a nível Internacional, como por exemplo, a deslocação de algumas indústrias muito importantes que se encontram instaladas em Portugal para outros Países. Aguarda, com expectativa, que o Governo do Sr. Primeiro Ministro Sócrates tome medidas que visem o desagravamento fiscal às famílias mais carenciadas. Quase que se quer impor, a nível do País, que se resolva o problema das famílias carenciadas através só da solidariedade, mas este ponto de vista não é válido. As famílias precisam de postos de trabalho. Considera que em matéria de solidariedade social não podem ser dadas muitas lições à C.M.P.. E especificou: no Conselho Local de Acção Social de Palmela (CLASP) verifica-se que houve um aumento no apoio às Instituições de Solidariedade Social do concelho.

- Educação - a Câmara Municipal investiu na construção e beneficiação de edifícios escolares, mas também em projectos que têm em vista a inclusão das crianças numa melhor formação, aprendizagem e sucesso escolar. A Câmara tem investido em projectos educacionais, como por exemplo, o Fantasiarte (já se realiza há 10 anos). Lamenta que por parte do Poder Central não seja dispensada à Educação a mesma atenção.

- Cultura e Desporto – a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver um trabalho, de há muitos anos a esta parte, de grandes investimentos em projectos culturais e desportivos (o “Março a Partir” já se realiza há 10 anos).

A nível nacional houve um desinvestimento nas áreas sociais, culturais e desportivos, enquanto a C.M.P. conseguiu aumentar o investimento.

A Prestação de Contas mostra números reais, reflecte a saúde financeira da Câmara Municipal de Palmela, e a gestão que tem realizada.

A **Sr<sup>a</sup>. Presidente** deu a palavra ao Director do Departamento de Administração Geral e Finanças para que esclarecesse o Sr. Vereador Bracinha Vieira quanto ao resultado líquido que transita automaticamente, o que foi feito.

O **Sr. Vereador Bracinha Vieira** referiu que o documento em apreço relata uma perspectiva patrimonial e uma perspectiva orçamental, pelo que gostaria de saber se o valor referente aos impostos se refere aos cobrados durante o ano ou ao valor que foi efectivamente recebido, ao que o Director do Departamento esclareceu que se trata da verba respeitante aos valores recebidos.

O **Sr. Vereador Bracinha Vieira** teceu o seguinte comentário à intervenção da Sr<sup>a</sup>. Vereadora Adília Candeias, concretamente em relação à questão das famílias carenciadas: está inteiramente de acordo que estas famílias têm de ser apoiadas pelo Estado e pela solidariedade que todas as pessoas devem. São necessárias medidas activas de emprego, desde a inserção de jovens na vida activa até aos séniores. Opinou que devia ter havido uma política mais voluntarista. Nos últimos anos houve uma deriva neo-liberal que criticou no seio do seu Partido (P.S.D.). Para encetar acções é necessário que haja recursos e esta Câmara Municipal possui recursos que lhe permite tomar medidas interessantes em prol da comunidade. Comparativamente, às responsabilidades que tem, o Estado Português possui menos recursos que a Câmara Municipal de Palmela. O Estado vive uma terrível crise orçamental. Há uma janela de oportunidade com a revisão do Pacto de Estabilidade.

Considera o insucesso escolar como um tremendo problema, mas passa pelo desenvolvimento de acções junto dos pais, assim como pelo apoio pedagógico acrescido. Tem havido muitos programas de combate ao insucesso escolar e há êxitos parciais, o que está concomitantemente relacionado com a situação económica e social do País.

O **Sr. Vereador José Rodrigues** disse ter ouvido atentamente as opiniões do Sr. Vereador Adilo Costa e da Sr<sup>a</sup>. Vereadora Adília Candeias.

Referiu que a intervenção do Sr. Vereador Adilo Costa acerca de que “a paixão do Sr. Eng<sup>o</sup>. António Guterres era a Educação” apenas pode frisar que lhe é possível formular uma ideia sobre algumas medidas tomadas, na altura, comparativamente com outros Primeiros Ministros que passaram pelo Governo de outros quadrantes políticos. Contudo não pode formular uma ideia acerca de um Primeiro Ministro da C.D.U., porque nunca houve nenhum. Saudou a saída do Sr. Vasco Gonçalves, pessoa que conheceu ligada à força política da C.D.U., porque a esta altura “teriam de andar todos de tanga”, se ele se mantivesse no lugar.

Em relação ao volume de obras executadas, referiu não ter a menor dúvida de que foi este Executivo Municipal quem mais obras realizou. Afirmou que, ao longo de 30 anos de gestão C.D.U. na Câmara Municipal de Palmela, o Vereador que mostrou maior



capacidade organizativa, de execução de obras e de planeamento foi, em sua opinião, o Sr. Vereador José Charneira.

O P.S. considera como muito diminuto o ligeiro avanço que ultimamente foi concretizado no concelho, atendendo a que a C.D.U. executa a gestão da Câmara Municipal há já 30 anos.

Referiu que nem sempre está de acordo com as prioridades assumidas pela maioria do Executivo Camarário.

Em relação à intervenção da Sr<sup>a</sup>. Vereadora Adília Candeias e à questão do emprego do País, parece-lhe ser esta uma questão que já ultrapassa o próprio País e está relacionada com a conjuntura internacional e com uma série de factores que qualquer Primeiro Ministro, independentemente da força política que estiver no Governo, não ter força necessária para gerir esta situação.

Referiu que as intenções do Governo e do Sr. Primeiro Ministro já foram algumas, relativamente a situações de combate à pobreza.

Defende a posição de que a população em Portugal não pode viver de subsídios, deve-se sim, tentar colocar as pessoas em actividade laboral.

A **Sr<sup>a</sup>. Presidente** considerou ter sido esta uma discussão muito interessante. Sendo que esta discussão é tida em torno da apresentação das Contas da Câmara relativamente ao ano de 2004, significa que, uns eleitos, enquanto maioria, se complementaram perfeitamente nas intervenções e outros eleitos, enquanto oposição, reconheceram: a legitimidade dos objectivos que foram propostas para o mandato e para o ano de 2004. Quando o Sr. Vereador José Rodrigues tenta utilizar o argumento de que a C.D.U. executa a gestão municipal há já 30 anos, como um argumento de crítica ao Executivo, o Sr. Vereador faz exactamente o contrário, porque significa que durante este período de tempo em liberdade, em democracia e em consciência os cidadãos do concelho de Palmela continuaram a reconhecer na C.D.U. a representação dos seus interesses e condições para conduzirem o destino deste concelho. Frisou que o argumento utilizado pelo Sr. Vereador José Rodrigues tem exactamente o peso contrário: há 30 anos que a C.D.U. recolhe o apoio dos cidadãos e a validação das propostas e políticas da C.D.U..

No que respeita à linha de argumentação do Sr. Vereador José Rodrigues há um argumento que não pode deixar de apoiar: se em 30 anos os cidadãos reelegem sistematicamente a C.D.U. na Câmara Municipal de Palmela e se o Sr. Vereador José Rodrigues reconhece o cumprimento à equipa em maioria no Executivo Municipal e particularmente ao Sr. Vereador José Charneira, significa que a C.D.U. está a desenvolver um excelente trabalho. Em praticamente todos os mandatos tem havido uma renovação dos eleitos da C.D.U. e ainda assim o Sr. Vereador referiu que foi a melhor equipa que passou na C.M.P.. Sente-se duplamente reconhecida com estes argumentos.

Agradeceu aos Srs. Vereadores José Rodrigues e Bracinha Vieira os cumprimentos e o voto de confiança que sublinharam e percebe a posição dos Srs. Vereadores da Oposição quando referem que não se revêem nas opções da maioria C.D.U.. Considera muito significativo quando sublinham o rigor técnico com que o documento Prestação de Contas está elaborado, assim como a enorme capacidade técnica dos dirigentes e técnicos municipais. Também é importante saber dirigir equipas. Se existe na C.M.P. um conjunto de técnicos e dirigentes capazes de elaborar o presente documento, significa que existem condições para os atrair. A C.D.U. é uma das força política que menos câmaras tem no País, mas ser poder no concelho de Palmela uma força política minoritária no País e possuir um conjunto de técnicos que trabalham com tamanha dedicação, é sinónimo que as pessoas nos reconhecem, competência, seriedade e condições para colocarem a sua disponibilidade e o seu nome, enquanto técnicos e dirigentes, nos projectos que desenvolvem na C.M.P.. Este é um orgulho mútuo que deve ser valorizado. Há uma certa vaidade em relação a esta Câmara Municipal e a este concelho. Vaidade e orgulho pelo facto de se desempenharem, com muito rigor, as competências autárquicas e haver o reconhecimento externo deste desempenho (há vários anos consecutivos que a C.M.P. tem vindo a ganhar prémios no domínio da área administrativa ao nível do País e no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa). Há um trabalho de grande mérito da parte dos eleitos da C.D.U. e dos técnicos e dirigentes desta Câmara Municipal.

Caso as considerações dos Srs. Vereadores da Oposição se prendessem com o facto de o documento “Prestação de Contas” não ter as contas bem efectuadas, ou de os níveis de investimento não serem credíveis, ou ainda de os objectivos não terem sido atingidos, teria de reconhecer esses factos, e dar razão, aos Srs. vereadores. No entanto, perante os factos reais e efectivamente apresentados, há que reconhecer que este Executivo Camarário foi absolutamente coerente com as opções que fez e apresentou aos cidadãos que validaram. Até à data este foi o melhor Executivo da C.M.P., até à data a C.D.U. é a força política que as pessoas reconhecem e até à data têm cumprido o que têm proposto.

Realçou que as críticas expostas pelo Sr. Vereador José Rodrigues são críticas de ordem política que regista, mas não são críticas concretas ao documento em apreço.

O Sr. Vereador José Rodrigues referiu que a Câmara Municipal gasta muito em gestão corrente e em imagem, não sendo, para si, visível em que páginas da Prestação de Contas foi possível ao Sr. Vereador retirar tal observação. Da apreciação da Prestação de Contas constata-se que o Orçamento não aumentou exponencialmente, contrariamente ao investimento que aumentou consideravelmente, pelo que algumas medidas foram tomadas. Realçou que foi despendido menos recursos financeiros em gestão corrente. As despesas correntes são menos significativas do que as despesas de capital. Há uma

maior eficácia nas acções. Não consegue perceber onde estão os gastos com imagem. Aliás já foram tecidas críticas, internamente, por não se ter um trabalho mais visível do ponto de vista da imagem. Com a qualidade e com os conteúdos que a Câmara possui podia perfeitamente ter um trabalho mais visível em termos de imagem.

Outro argumento que não colhe a sua concordância é o de que a C.M.P. tenha concretizado um elevado número de obras devido à proximidade das eleições autárquicas. É visível da apreciação dos Relatórios que a gestão é feita através de um planeamento normal, dos compromissos assumidos. Não faz qualquer sentido executar obras para serem inauguradas próximo das eleições. Por exemplo, a DREL (Direcção Regional de Educação de Lisboa) quando assume a execução de uma escola no concelho de Palmela, reconhece a demora que um processo de empreitada desta natureza acarreta. As obras, nomeadamente as sujeitas a concurso público, têm um tempo próprio para serem executadas, independentemente dos actos eleitorais.

Considera que há um equilíbrio entre o desenvolvimento do concelho e as prioridades que são assumidas. Quando o Sr. Vereador Bracinha Vieira menciona que não viu verter na acção da maioria, as preocupações com o ordenamento e o ambiente, terá que referir que, as opções com o ordenamento e o ambiente são opções feitas nos instrumentos aprovados. Ainda no decurso de 2005 irá ser encetada a discussão acerca da revisão ao P.D.M. (Plano Director Municipal) onde se vão verter opções relativamente à defesa do ambiente e ao ordenamento do território. Na área das águas, há documentos que sistematizam e sustentam as opções do Executivo. Sendo que nestas áreas não é tão visível o investimento são, no entanto, áreas onde as políticas que a Câmara define são fundamentais para a qualidade de vida das pessoas. Este Executivo Municipal não quer um crescimento que ponha em causa valores e indicadores ambientalmente saudáveis e desejáveis para todos.

O objectivo do concelho de tem de ser o de dotar os principais núcleos, em torno dos quais as pessoas se reúnem, de todas as infra-estruturas. Isto está a ser feito. A mudança a que este concelho tem estado sujeita é bem visível na exposição patente sobre o 25 de Abril. A diferença entre a qualidade de vida das pessoas do ponto de vista do acesso que tinham às redes públicas de abastecimento é substancial. Este Executivo não herdou um território com 30 Km<sup>2</sup> de área. O concelho de Palmela possui 460 Km<sup>2</sup>. Confrontadas as despesas da Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.) com as despesas da Câmara Municipal de Palmela (C.M.P.), em matéria de transportes escolares no mesmo ano, chega-se ao seguinte resultado: na C.M.L. foram gastos 33 mil contos, enquanto que na C.M.P. foram gastos 144 mil contos, sendo uma população de 600 mil habitantes em Lisboa contra 53 mil habitantes em Palmela. Realçou que as despesas com transportes escolares são incorporadas nas despesas correntes.

O **Sr. Vereador Bracinha Vieira** mencionou que Portugal mudou para melhor nestes últimos 30 anos e o concelho de Palmela também mudou. Mas erros cometidos em anteriores mandatos, no âmbito do ordenamento - o tratamento dados às AUGI's nos anos 70 e 80; a forma como o Pinhal Novo foi estruturado e cresceu; a forma como as linhas de água foram tratadas; a Urbanização Nova Palmela tal como foi concebida - a C.D.U. desenvolveu um trabalho susceptível de imensas críticas e que deixou marcas que são dificilmente reversíveis. Estas situações não significam que não possa manifestar o devido apreço ao trabalho que foi realizado neste Executivo pela maioria C.D.U..

Realçou o quão admira a competência política da Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara.

Opinou que com os recursos humanos e financeiros que a C.M.P. possui também o P.S.D. desenvolvia uma grande obra.

O **Sr. Vereador José Rodrigues** voltou a frisar que este Executivo C.D.U. na C.M.P. foi o melhor de há 30 anos, pelos motivos já antes mencionados. Houve também muitos erros cometidos no passado, como o Sr. Vereador Bracinha Vieira já referiu. Estas situações não são sinónimo de que outra força política não pudesse fazer uma gestão tão boa ou melhor do que aquela que tem sido realizada pela C.D.U..

A **Sr<sup>a</sup>. Presidente** referiu que, independentemente das forças políticas que cada eleito representa, é de realçar o nível de discussão efectuado por todos, nomeadamente quando é realizada a discussão sobre um documento, como seja a Prestação de Contas, que revela opções políticas. Este nível de discussão deve-se à participação e à forma como todos os Srs. Vereadores intervêm nesta Mesa.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.**

### **III – DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO**

#### **DIVISÃO DE PLANEAMENTO:**

Pela **sr<sup>a</sup>. Presidente** foram apresentadas as seguintes propostas:

#### **PONTO 2 – Protocolo para a elaboração de Plano de Pormenor para Museu da Música:**

##### **PROPOSTA Nº. 1/DP-DP/08-2005:**

«Na sua reunião datada de 15.12.2004, o executivo camarário deliberou a elaboração, a delimitação e os termos de referência do Plano de Pormenor para Museu da

Música, em Arraiados, nos termos do Decreto-Lei nº. 380/99, com a redacção em vigor. Este PMOT surgiu com o objectivo de dar enquadramento legal à implementação de um espaço museológico dedicado aos instrumentos de música mecânica, actividade considerada de elevado interesse para a juventude em geral, destacando-se a Comunidade Escolar como público-alvo preferencial, dadas as potencialidades didáctico-pedagógicas em presença.

Na sequência daquela deliberação, o promotor da iniciativa e proprietário da colecção de instrumentos de música mecânica, o sr. Luís António Canguero, propôs-se dar prossecução ao Plano sob enquadramento camarário. Assim e com vista à regulação das relações inter-institucionais com o particular, bem como para definição dos termos e condições de elaboração daquele PP, afigurou-se pertinente a celebração de um protocolo, cuja minuta se anexa, e cuja aprovação **se propõe**, de acordo com a alínea a), do nº. 4, do artigo 64º., da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção em vigor.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.**

**PONTO 3 – Desclassificação da E.N. 379 no troço entre a Volta da Pedra e a Estação de Palmela:**

**PROPOSTA Nº. 2/DP-DP/08-2005:**

«Sobre o troço da E.N. 379, compreendido entre o quilómetro 35+521 (entroncamento com a E.N. 252) e o quilómetro 36+892 (antiga estação de Palmela), como parte final da Estrada Nacional, existem, há algum tempo, expectativas de integrar a rede rodoviária municipal, com vista a facilitar a intervenção atempada, por parte da CM, no que toca à resolução de problemas vários, desde a manutenção, até à criação de acessos e condições de circulação de peões.

Apesar de não ter sido possível obter, junto da entidade da tutela, as condições previstas no Plano Rodoviário Nacional para a sua transferência, nomeadamente, lograr que a estrada seja transferida após intervenções que garantam as boas condições de circulação, ou alternativamente as contrapartidas financeiras que possibilitem à CM intervir nesse sentido, considera-se ainda assim positiva e necessária a sua transferência.

Assim, ao abrigo do previsto no Decreto-Lei nº. 222/98, de 17 de Julho, com a redacção em vigor, **propõe-se** a aprovação da minuta de auto de transferência em anexo, bem como se propõe designar-me (Ana Teresa Vicente) como representante da C.M.P., para efeitos de celebração formal do protocolo.»

Na discussão desta proposta intervieram:

O **Sr. Vereador José Rodrigues** congratulou-se com a atitude que a Câmara tomou. Este troço é do maior interesse para a Câmara Municipal, porque permite à Câmara planear e desenvolver a sua actividade sem estar sujeita a medidas de outras entidades que podem atrasar o planeamento da Câmara.

Sugeriu que a Câmara Municipal também devia tentar passar para a sua jurisdição um troço na E.N. 252 (antes do Pinhal Novo).

Lamenta que a Câmara não tenha encetado iniciativas desta natureza anteriormente.

A **Sr<sup>a</sup>. Presidente** mencionou que uma Estrada Nacional tem intervenções extremamente dispendiosas e até mesmo do ponto de vista técnico possui realidades muito próprias. Não se pode reproduzir esta prática por muitos quilómetros, por ser inviável para a Câmara Municipal, a não ser que haja a devida transferência de verbas de modo a que a Câmara efectue a manutenção dos referidos troços.

O **Sr. Vereador José Charneira** explicitou que actualmente o Instituto de Estradas não admite desclassificações de troços que interrompam as Estradas Nacionais. Este troço é um troço terminal.

Acrescentou que também foi pedida a desclassificação do troço da E.N. 252 dentro do perímetro urbano do Pinhal Novo. O Instituto de Estradas nunca deu resposta, porque tal situação implicava, da parte do Instituto, o reconhecimento da variante e a responsabilidade de execução da mesma. Na Junta de Freguesia do Pinhal Novo há elementos escritos, demonstrativos de que o então Ministro João Cravinho, se comprometeu, com uma calendarização para concretização daquela variante. Mais tarde, com a tomada de posse do Governo P.S.D./C.D.S. este objectivo foi abandonado.

Focou de novo que, em relação à E.N. 252 existe um pedido concreto da C.M.P. ao I.E.P. para desclassificar o troço, dentro do perímetro urbano do Pinhal Novo. Realçou que a passagem de nível que existe no dito troço não tem dono. Efectuou o ponto da situação relativamente a este assunto.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.**

#### **IV – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO**

##### **DIVISÃO DE DESPORTO:**

Pela **sr<sup>a</sup>. Vereadora Adília Candeias** foram apresentadas as seguintes propostas:

**PONTO 4 – Apoio à Junta de Freguesia de Pinhal Novo no âmbito da organização da prova de atletismo “Pinhal Novo Correr a Liberdade 1974 m”:**

**PROPOSTA Nº. 1/DCD-DD/08-2005:**

«No âmbito das comemorações do 31º. aniversário do 25 de Abril, a Junta de Freguesia de Pinhal Novo com o apoio da Câmara Municipal de Palmela e em parceria com as associações desportivas da freguesia, organiza no próximo dia 25 de Abril de 2005, uma prova de atletismo de estrada denominada *Pinhal Novo Correr a Liberdade 1974 m*, evento que se encontra no plano anual de actividades do Programa de Desenvolvimento de Atletismo.

Neste sentido, de acordo com o disposto na alínea b), do nº. 4 e na alínea b), do nº. 6, do artigo 64º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **propõe-se** que seja transferido para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, uma verba com o valor de € 1.500,00 (mil quinhentos euros), no sentido de compartilhar nas despesas de organização deste evento desportivo.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.**

**PONTO 5 – Apoio aos Escalões de Formação do Quintajense Futebol Clube no âmbito do Protocolo de Cooperação do Programa de Desenvolvimento do Atletismo:**

**PROPOSTA Nº. 2/DCD-DD/08-2005:**

«A Câmara Municipal de Palmela e o Quintajense Futebol Clube têm em vigor um Protocolo no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo no Concelho de Palmela, o qual tem contribuído para que o clube tenha alcançado resultados dignos de registo ao nível dos escalões de formação, bem como das competições nacionais. A acção do clube contribuiu decisivamente para a afirmação da modalidade no Concelho. O Protocolo estabelece o apoio financeiro anual a conceder por atleta. O Quintajense Futebol Clube solicitou a disponibilização das verbas correspondentes e entregou o comprovativo do número de atletas federados, dados confirmados pela Câmara através da respectiva federação.

Neste sentido, e de acordo com o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e com o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se que seja atribuído um subsídio, no valor de € 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta euros), no sentido de participar nas despesas de apoio à formação de atletas pelo Quintajense Futebol Clube.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.**

## **V – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca das vinte horas e trinta e cinco minutos, a **srª. Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *Luísa Cristina Frutuoso Lopes*, assistente administrativa especialista servindo de secretária, redigi e também assino.

A Presidente,

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

A secretária,

Luísa Cristina Frutuoso Lopes